

Direita vence nas questões econômicas

Gasparian se considera vitorioso

O tabelamento dos juros em 12% ao ano derrubado no anteprojeto da Subcomissão de Sistema Financeiro não abalou o ânimo do relator, deputado Fernando Gasparian (PMDB/SP) que se considerava, ontem, um «vitorioso», com a aprovação de todos os demais itens propostos.

«Temos ainda um longo caminho a percorrer na Comissão de Tributos e na de Sistematização, da qual também faço parte», frisou. Com isto, Fernando Gasparian quis dizer que insistirá na necessidade de tabelamento dos juros. Para o relator, mesmo os constituintes que votaram contra, concordam com a idéia, embora defendam o tabelamento como lei ordinária e não como matéria constitucional.

Eles ponderaram que, em nenhuma constituição do mundo está previsto o tabelamento dos juros, explicou, destacando em seguida, que da mesma forma, em nenhum outro país as taxas de juros chegam a variar de 40 a 50% ao mês, muito acima da inflação. Índices como estes significam ao ano algo em torno de 2 mil por cento, o que é bastante alto mesmo para inflação de 800%.

Entre os artigos que justificaram a aprovação vitoriosa do anteprojeto, Gasparian ressaltou o artigo que impede o funcionamento de bancos estrangeiros no Brasil, e o recebimento de depósitos, a aprovação pelo Congresso Nacional, da diretoria do Banco Central, e a exigência de que os membros escolhidos não tenham participado de diretorias de entidades financeiras nos quatro anos anteriores e, também, no mesmo período após a gestão no BC.

Fernando Gasparian estava também satisfeito com o fim da «carta patente», que pela nova Constituição será inegociável, intransferível e sem ônus, o que facilitará a multiplicação dos pequenos bancos. Quem estiver interessado em se tornar banqueiro deverá preencher os seguintes requisitos: ter condições morais, financeiras e técnicas.

Outro artigo citado pelo relator, proíbe ao governo brasileiro arcar com os rombos financeiros em qualquer estabelecimento financeiro. Para isto será criado um Fundo de Seguro Bancário, com o objetivo final de cobrir «rombos».

Além disto, o anteprojeto aprovado acabou com o Conselho Monetário Nacional, que foi substituído por uma Comissão Especial de Sistema Financeiro, integrada por deputados e senadores, no Congresso Nacional.

Sobre a estatização do sistema financeiro, que não chegou a ser abordada pelo relator, Fernando Gasparian explicou que poderia significar aumento da ineficiência do setor, que já funciona em sistema de cartório e oligopólio.

Arquivo



Afif Domingos afirma que relatório aprovado «dá ao Estado posição equilibrada na economia»

Deputada condena fim do monopólio estatal

«As fronteiras do país foram escancaradas à entrada do capital estrangeiro sem nenhuma espécie de disciplina. Vamos assistir à entrega total das nossas riquezas minerais e até mesmo do petróleo, com o fim do monopólio estatal, uma conquista de mais de 50 anos». A constatação partiu da constituinte Raquel Cândido (PFL/RO) que, inconformada, presenciou a derrubada do anteprojeto do relator Virgildásio de Senna (PMDB/BA), da Subcomissão de Princípios Gerais, intervenção do Estado, Regime da Propriedade do subsolo e da Atividade Econômica.

O relatório previa para estes setores a regulamentação da atividade através da votação de leis pelo Congresso Nacional, defendendo especificamente o monopólio do petróleo e da energia nuclear. Mas para as forças conservadoras acabou sendo considerado como estatizante demais.

Para Raquel Cândido, um rolo compressor da direita — integrado pelo deputado Delfim Netto (PDS/SP), pelo senador Roberto Campos (PDS/MT) pela

réplica de Paulo Maluf, conforme a constituinte identificou o deputado Afif Domingos (PL/SP), que se encarregou de liderar oito deputados e senadores do PMDB — passou por cima do anteprojeto. «Apenas restou um dispositivo que deixa sob a responsabilidade da União os lagos e rios brasileiros», completou a deputada.

«No que diz respeito à ordem econômica, a nova constituição será ainda pior do que a de 1967», destacou. Na sua opinião, o entreguismo absoluto já está configurado. Como exemplo, informou que o deputado Rubem Medina (PDS/RJ) pleiteia montar, com grupos internacionais, refinarias de lubrificantes e derivados de petróleo, em breve, no Brasil.

Indignada com o que considera um dos maiores retrocessos da história do país, Raquel Cândido pretende, juntamente com outros constituintes, lançar um manifesto para que se resgate no plenário, na Comissão de Ordem Econômica e na de Sistematização, pelo menos, a metade da cara do Brasil.

Delfim fica satisfeito

Ao discordar desde o início com o relatório da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da propriedade do subsolo e da Atividade Econômica, da qual é presidente, o deputado Delfim Netto viu cumpridas as suas expectativas: o anteprojeto não foi aprovado.

As modificações decorrentes das emendas e substitutivos, para o ex-ministro do Planejamento, aperfeiçoaram o projeto que era estatizante demais. O senador Roberto Campos também estava satisfeito, pois, para ele, mais do que estatizante o anteprojeto era

mesmo socializante e, portanto, antiquado e fora de moda, como o próprio socialismo em todo o mundo.

Mas o relator Virgildásio de Senna (PMDB) ponderou que a proposta que estava no anteprojeto é de que o Congresso Nacional, como representante maior dos anseios da nação, deveria definir onde o Estado deve atuar e onde a iniciativa privada nacional e estrangeira deveriam dar a sua contribuição. Defendia especificamente o monopólio do petróleo e da energia nuclear, que já eram da União.

Relator quer redividir a arrecadação

Uma das maiores controvérsias que o anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas irá causar refere-se à divisão do bolo tributário da União. O relator, deputado Fernando Coelho (PMDB-PE) deixou à União a competência de tributar apenas a importação, exportação, renda, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro aos municípios, apenas sobre propriedade predial e territorial urbana e vendas a varejo. O restante dos impostos passou para as mãos dos estados, através da ampliação do atual ICM, o que tem provocado reações dos municipalistas.

O anteprojeto estabelece, ainda, que a União entregará 43% da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados aos estados (18,05%), municípios (22,05%) e regiões Norte e Nordeste (2%). Um item que acirrará as disputas entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste e o que limita a distribuição do fundo de participação dos estados exclusivamente àqueles cuja renda per capita seja inferior a nacional. Com isto, Rio de Janeiro e Minas Gerais, por exemplo, não receberiam nada, e deverão brigar por isto.

O empresariado defensor da livre iniciativa está satisfeito, assim como foram vitoriosos os proprietários rurais, os militares e os parlamentaristas. Os trabalhadores, os professores, os índios, os homossexuais e os defensores da reserva de mercado também tiveram, no geral, seus interesses atendidos. Mas nem mesmo os ganhos destes últimos no primeiro esboço da futura Constituição — os relatórios das subcomissões — foram suficientes para dissipar ontem o visível abatimento nas fisionomias dos representantes da «esquerda» na Constituinte, derrotados nas questões relativas à ordem econômica, que consideram a «espinha dorsal» do projeto.

Este é o saldo das votações do último fim-de-semana, que produziu, às vezes por pequenas margens de votos, os primeiros derrotados e vitoriosos da Constituinte. Foi um episódio que, na opinião do vice-líder Antônio Britto (PMDB/RS), serviu para mostrar às esquerdas — que perderam as principais batalhas para os conservadores — a necessidade de uma maior articulação com o chamado «centro».

Encabeçam a lista dos vitoriosos os defensores da livre iniciativa, que na Subcomissão dos Princípios Gerais da Ordem Econômica derrubaram o parecer do relator Virgildásio de Senna.

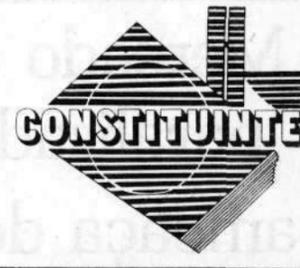
Um dos participantes deste movimento, o empresário e deputado Afif Domingos (PL/SP), afirmava ontem, satisfeito, que o relatório aprovado «tem uma boa posição, que prevê o arcabouço do estado facista corporativista, herdado da ditadura Vargas» e dá a este estado uma posição equilibrada na economia, onde sua ação é admitida apenas supletivamente. Em sua opinião, o anteprojeto é de centro, liberal progressista.

Status Quo
— O relatório busca manter o status quo — afirmava o deputado Hélio Duque (PMDB/PR), atribuindo a derrota das teses progressistas neste particular a um grupo de nove constituintes do PMDB que decidiu seguir a orientação de Roberto Campos e Delfim Netto.

Se os representantes dos grandes proprietários rurais não estão totalmente felizes, pelo menos estão «mais tranquilos e menos assustados», nas palavras do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), após a votação do anteprojeto da subcomissão. Conhecido por suas ligações com o setor, a vitória deu segurança ao deputado para afirmar que «a esquerda não tem gente, tem só barulho».

— O grande vencedor foi o interesse público e a grande derrotada foi a demagogia — fulminou Cardoso Alves, relatando que houve «uma luta muito feia» no interior da subcomissão, onde o líder Mário Covas teria atuado, sem sucesso, ao lado dos progressistas.

— Não foi a esquerda derro-



tada, foi o país, que retrocedeu e voltou atrás em posições de mais de 40 anos — avaliava o líder do PDT, Brandão Monteiro, para que a nação está ameaçada por dispositivos referentes à definição da empresa nacional, o monopólio do petróleo, à propriedade do subsolo e ao controle dos minérios.

Ironizando, Brandão Monteiro — que tentou dias antes articular um bloco progressista mais forte — disse que está pensando em fazer um momento para assegurar os princípios da ordem econômica expressos na carta de 1967, que «é muito mais progressista».

Em sua avaliação, a esquerda se mostrou incompetente para fazer valer seus pontos de vista, mas a grande responsabilidade pelas derrotas foi do PMDB, que indicou para a Comissão da Ordem Econômica, por exemplo, constituintes «comprovadamente comprometidos com interesses empresariais».

Paradoxalmente, vitoriosos foram também os trabalhadores, já que os conservadores, mas concentrados na ordem econômica, não conseguiram evitar a aprovação, na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, de propostas como a estabilidade no emprego e a jornada semanal de 40 horas. O deputado Augusto Carvalho (PCB/DF), ex-sindicalista, afirmava ontem que o anteprojeto conserva antigas reivindicações dos trabalhadores.

O mesmo se deu, segundo o deputado e professor Hermes Zanetti, na Subcomissão da Educação, onde, em sua opinião, «o grande vitorioso foi o magistério», que teve quase todas suas propostas aprovadas. Os índios também obtiveram uma razoável receptividade às suas propostas pela Subcomissão das Minorias, segundo explicou o representante Jorge Terena, para quem o esforço agora é lutar para a manutenção dos dispositivos aprovados. No campo das minorias, também foram aceitas as sugestões dos homossexuais, que conseguiram inscrever no anteprojeto a proibição de qualquer discriminação por orientação sexual.

— Sabei tudo como nós queríamos — dizia ontem, satisfeito, o assessor parlamentar do Ministério da Marinha, comandante Luiz Paulo Reguf, numa clara demonstração de que os militares também se encaixam na categoria dos vitoriosos.